

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI - RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de São Lourenço da Serra Subregião Sudoeste

Data: 13 de abril de 2016

Local: Câmara Municipal

Rua: Praça Dez de agosto, Nº 40

Horário: 9h00

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa

Zoraide Amarante Itapura de Miranda

Sarah Maria Monteiro dos Santos

Fernanda de Cássia Araujo Costa

Marcel Francisco Veiga

Coordenação Técnica do PDUI:

Marcelo Motta

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste - Consulti/SSAM

Brígida Sacramento C. Santos.

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - Conisud

Djalma Gonçalves Almeida

PM de São Lourenço da Serra

Vice-Prefeito . Helio Carlos D. Camargo.

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Paulo Estevão Dantas Moisés.

Câmara Municipal de São Lourenço da Serra

Vereadora Maria Cintra.

Sociedade Civil e outros participantes

Ver lista de presença

A primeira audiência municipal de mobilização dentro do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP) foi realizada em São Lourenço da Serra. O objetivo desses encontros é mobilizar os cidadãos para discutir e fazer propostas para esse território.

A audiência em São Lourenço da Serra foi realizada na Câmara Municipal do município. O vice-prefeito, Hélio Camargo, abriu os trabalhos. Em seguida houve pronunciamentos da vereadora Maria Cintra, do superintendente do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud), Djalma Gonçalves, e da coordenadora da Sub-região Sudoeste, Brígida Sacramento.

A apresentação ficou por conta da gerente da Unidade de Infraestrutura da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), Zoraide Amarante Itapura de Miranda. Inicialmente, foi exibido o filme institucional do PDUI-RMSP, disponível na plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br). Depois, Zoraide explicou o que é o Estatuto da Metrôpole, a lei federal que determinou a aprovação do PDUI, e no que ele consiste, o conteúdo mínimo que o Plano vai contemplar e mostrou a atual estrutura da RMSP.

A gerente situou a fase em que o processo de construção do PDUI está na Região, após a definição do Conselho, do Comitê Executivo e dos Grupos de Trabalho. Várias propostas já estão sendo elaboradas pela equipe técnica em cima de estudos da Emplasa relacionados ao tema, como o que identificou os movimentos pendulares na RMSP e o Plano de Ação da Macrometrôpole. A gerente da Emplasa deixou claro que os cidadãos podem enviar suas contribuições diretamente no site do PDUI, onde também estão sendo disponibilizadas as propostas dos representantes do poder público.

A seguir, foi feita pela Sra. Zoraide uma apresentação elaborada pela Emplasa, anexada nesta pasta, sobre:

- Estatuto da Metrôpole.
- O que é o PDUI.
- Processo de elaboração do PDUI.
- Processo Participativo e Constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI".

Após a apresentação da Emplasa, foi aberto espaço para perguntas.

Uma das questões principais abordadas pelos presentes foi o fato de São Lourenço da Serra ter boa parte de seu território em áreas de proteção de mananciais, que exigem ações de preservação, mas, ao mesmo tempo, requerem uma contrapartida para garantir o desenvolvimento sustentável da região. O mesmo ocorre em relação à energia e mineração.

Pergunta Marcelo: Bom dia, eu sou o Marcelo, sou participante do PDUI e tenho uma pergunta que diz respeito aos municípios que estão em áreas de proteção aos mananciais. Qual é a perspectiva? O que podemos esperar de um plano metropolitano para as regiões protegidas?

R: Trata-se de um tema muito importante, especialmente para essa região que, por estar dentro da área de proteção aos mananciais, sofre restrições no desenvolvimento das suas atividades. Esse é um tema central e o próprio Fernando Chucre, diretor de Planejamento da Emplasa, tem debatido muito essa questão. Nós estamos fazendo reuniões regulares com as Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente sobre essa temática e também iniciando um contato junto a três secretarias-

chaves para esse tema. Tivemos, eu acredito, a felicidade de coincidir a elaboração do PDUI com a revisão do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA, que é um plano de desenvolvimento e proteção ambiental das dez áreas protegidas, localizadas dentro da região metropolitana. Será realizada uma revisão daquelas onde já existe a lei específica e fazer a lei específica para aquelas que não a possuem. Nos Grupos Técnicos do PDUI, estamos nos informando sobre o estágio atual do PDPA.

O Paulo, aqui presente, deu como exemplo a lei específica da bacia do Guarapiranga. No entendimento dele, trata-se de um caso bem sucedido, de uma lei específica que atende essas demandas. Preservar é fundamental. Nós vivemos uma crise hídrica aguda muito grande no ano passado e ainda sofremos com suas decorrências. Sabemos da importância disso, mas não podemos também engessar esse município. De um lado, no meu entendimento, há possibilidades de desenvolvimento, e de outro, estamos também discutindo a propriedade de compensações mais efetivas ao município nos moldes das ferramentas mais atuais, que é o pagamento por serviços ambientais. É uma proposta mais moderna, no sentido de compensar os municípios e a região que protege um bem que é comum. Acho que é fundamental continuar em contato com as Secretarias de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente e envolvê-los no PDUI para que haja uma solução que atenda essas necessidades nessas regiões de proteção aos mananciais.

Paulo da Prefeitura de Embu: Aprofundando a questão, sabemos que quatro municípios dessa região estão dentro da área de Proteção e Preservação aos Mananciais. Como é possível encontrar um investimento, para um trabalho, por exemplo, com a mineração dessa região. Nós temos água, areia, brita, mas a região metropolitana já está buscando no Vale do Paraíba e no Vale do Ribeira. Como é que a gente pode conciliar a preservação ambiental, com a utilização desses recursos naturais que estão disponíveis?

R: Acho muito apropriada essa sua colocação. A Brígida comentou que esse é um tema que tem sido discutido muito aqui na região. Ela inclusive nos passou recentemente as datas de reunião da Câmara Temática de Mineração. Estamos nos apropriando dessas demandas da região e já tivemos, em dezembro, uma primeira reunião com o secretário adjunto da Secretaria Estadual de Energia e Mineração, Dr. Ricardo Toledo, e agendamos com a Secretaria Estadual de Energia e Mineração para analisar essa questão para a região como um todo. Essa questão deverá incorporada no PDUI.

Levy: Quando falamos em PDUI, o grande plano tem uma preocupação metropolitana de entender as regiões de uma forma homogênea. Mas não se pode pensar o desenvolvimento de regiões agregando 39 municípios de uma forma tão desigual quanto a arrecadação econômica. Por que eu estou dizendo isso? Porque basicamente quando nós discutimos políticas públicas, seja saúde, educação, meio ambiente, nós falamos em investimento, nós falamos em recursos, e há uma preocupação nossa hoje em como usar as potencialidades da região. Mas o que é hoje, não será amanhã. As demandas de hoje em relação à mobilidade, infraestrutura urbana no geral e saneamento, são diferentes hoje e serão diferentes no futuro. As regiões são também diferentes. Por que estou dizendo isso? Porque daqui a três anos ou cinco anos, ou daqui a dez anos nós vamos fazer a seguinte pergunta: Qual o resultado de tudo que se fez hoje? É fundamental pensar a região metropolitana a partir da sua diversidade, a partir das suas necessidades.

O PDUI, que é este plano grande absorve as necessidades comuns que nós temos aqui e as integra com a Região Metropolitana de São Paulo. O que é uma situação necessária para nós, é também necessária para São Paulo, ou seja, para os 39

municípios. Por exemplo, podemos falar de ampliação de estradas e investimentos para hospitais. Esse trabalho é fundamental e é por isso que estamos aqui. Acreditamos que essa também é uma preocupação da Emplasa agora, mas os municípios de uma forma geral perderam a arrecadação nos últimos dez anos e vão continuar perdendo.

R: O Projeto de Lei do Estatuto da Metrópole previa um fundo federal vinculado ao PDUI. Infelizmente esse artigo foi vetado. Querendo ou não era uma expectativa muito grande de quem trabalha com o sistema metropolitano que esse fundo fosse aprovado. O fato de os municípios estarem perdendo arrecadação, também foi citado como preocupação para que o PDUI seja efetivamente colocado em prática depois de se tornar lei. Zoraide destacou que, embora não haja ainda um recurso “carimbado” dos governos estadual e federal, a inclusão de projetos no Plano servirá justamente para priorizar os investimentos que serão feitos em todas as esferas para beneficiar o maior número de pessoas. A gerente citou o exemplo do Plano de Ação da Macrometrópole - PAM, elaborado pela Emplasa, que já teve projetos prioritários incluídos no Plano Plurianual (2016-2019) do governo estadual. “Há um esforço para selecionar os principais projetos para diferentes regiões.” Ela também ressaltou outras formas de financiamento que o PDUI deve discutir, como as parcerias público-privadas (PPPs) e até a eventual aprovação de um futuro fundo metropolitano. Já existe o Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - Fumefi. Porém, tem pouco recurso para atender às demandas da região. Está sendo discutida a possibilidade de implementação de um fundo mais.

Pergunta do auditório: Temos conhecimento, da existência de um Projeto de Lei em tramitação na Assembleia Legislativa para a criação desse fundo metropolitano, que é do Estado e que deverá ser gerido pelos 39 prefeitos da RMSP. Isso permanece?

R: Eu entendo que esse fundo foi criado pela Lei de 2011. O vice-presidente da Emplasa, Luiz José Pedretti, vem analisando e comandando esses estudos para ver qual seria o melhor formato a ser definido. Mas fico devendo essa resposta com relação ao andamento desse trabalho.

Pergunta do auditório: Eu gostaria de saber mais sobre o ICMS Ecológico porque tem municípios que estão totalmente dentro da área de preservação aos mananciais e arrecadam mais do que o nosso município de São Lourenço, que é uma área de preservação. Eu gostaria de saber como fica a situação do nosso município a esse respeito.

R: O ICMS Ecológico é um instrumento do governo do Estado dentro da linha de compensação de áreas de municípios de regiões que tem uma unidade de conservação. Aqui, São Lourenço, não recebe? É isso?

Auditório: Muito pouco.

R: De um modo geral ele é muito baixo. O ICMS Ecológico tenta se efetivar em áreas de preservação e de proteção aos mananciais. Mas os municípios de São Lourenço, Juquitiba, Itapecerica, não têm parques, mas tem 100% de área de proteção de mananciais, só que não recebe esse incentivo dentro do ICMS Ecológico, e deveria receber.

Auditório: Essa questão da área de proteção e preservação de mananciais, eu acho que o próprio município deve formular uma proposta. Na verdade, como a lei beneficia só os estaduais, o município acaba não sendo contemplado com esse ICM. Estou colocando a necessidade da conservação do município que está na área de manancial

ter uma compensação. Esse plano é uma construção coletiva, então todas essas discussões podem ser colocadas.

Existe uma outra linha de audiências regionais que poderão ocorrer sobre demandas específicas. Tem outros temas, como o da mineração, que é um tema que importa para a região como um todo e que vai demandar uma discussão temática mais profunda. No primeiro slide que a Zoraide mostrou, a última coluna era de audiências regionais ou oficinas regionais temáticas específicas, sobre demanda, então isso é uma outra contribuição de cada sub-região que vai somar para a gente compor esse plano. Tendo sempre em mente que é um plano metropolitano, a gente não vai ter como esgotar todos os temas, não vai ter como esgotar todas as demandas.

Tem que entender que é um processo. Pode ser que a gente consiga alguns resultados que terão soluções já de antemão, mas muitas outras serão propostas de articulação, de criação de sistemas, como a Zoraide falou, propostas de programas que resultarão em soluções. Nesse momento, a gente vai ter que fazer escolhas. É importante lembrar que é o início do processo, mas que é fundamental que as regiões tragam essas questões, que registrem isso fazendo propostas, porque são questões sub-regionais que, na verdade, são questões que impactam no metropolitano.

Zoraide: Eu vou citar um exemplo nessa linha que você colocou: a Prefeitura de Santo André está aqui na plataforma. Se vocês abrirem, vão ver que ela recebe o recurso de pagamentos de serviços ambientais. Na verdade, isso é uma compensação, porque ela mantém um parque municipal que protege uma Área de Proteção e Preservação dos mananciais. Santo André é capital da Billings. Ela fez essa proposta: se eu preservo um recurso que é de interesse da região, devo receber algum recurso em dinheiro para me ajudar a manter essa área. Um pouco nessa linha, a prefeitura tem o ônus, de um lado, de não poder fazer nada ou fazer muito pouco; de outro, muitas vezes ela tem que fiscalizar. E pela fiscalização dessas áreas de proteção de mananciais não recebe nenhum benefício por isso, ou muito pouco, então, nesse sentido, é muito importante aprofundar esse debate.

Auditório: Para complementar, eu acho que a mineração também é enquadrada nessa questão específica, porque é metropolitana. Cada uma das sub-regiões tem concorrências específicas de bens minerais. Na nossa tem muita brita, na região Leste tem mais minérios argilosos, muita cerâmica. Na nossa, temos muito mais água. Temos o circuito das águas do Estado de São Paulo. Essa região pode se transformar nesse circuito porque ela gera receita, como município produtor, cerca de 75% do faturamento líquido da mineração que fica no município, o que é uma receita considerável. Com isso, é possível ter uma preservação maior da área dos mananciais. Dessa maneira, a água e a geração de um circuito são fundamentais para a nossa região e para a metrópole como um todo. Eu vejo mais ou menos as nossas sub-regiões como um cinturão de mineração, onde a nossa região é água, no Leste é mais argiloso, ou seja, é uma integração regional valorizando uma atividade que é totalmente vista como degradante, mas que pode ser bem feita se bem planejada. A ideia é investir no planejamento, saber o que tem no território para poder planejar o uso desses bens, que são metropolitanos.

Outras dúvidas levantadas foram relativas ao macrozoneamento, o “inchaço” populacional dos municípios limítrofes às cidades maiores e alternativas de transporte, como as linhas perimetrais para desafogar o tráfego nos centros.

André (prefeitura de Cotia): Bom dia, sou o André, da Prefeitura de Cotia, faço parte do grupo de trabalho de mobilidade. Ainda no apanhado do que os colegas falaram, tanto do campo de trabalho da mineração, como do grupo de meio ambiente, eu tenho

aqui o plano de desenvolvimento urbano, ele é um plano que vai ser baseado em um mapa que definirá as macrozonas. A minha preocupação é com esse mapeamento. Por quê? Eu vejo que a nossa região Sudoeste se enquadraria dentro do mapeamento, talvez não em uma única macrozona, e isso eu já estou pensando em texto de lei, ou seja, a gente faz o mapeamento para definir o texto de lei, o que se espera daquela macrozona.

Então eu vejo aqui, por exemplo, como definir uma macrozona de estruturação logística e outra macrozona de proteção ambiental dentro da região sudoeste. No texto da lei, vai estar definido que a macrozona de estruturação e logística tem a perspectiva de receber dois portos secos, de receber um aeroporto e investimento em estrutura viária, por exemplo. E a macrozona de proteção ambiental entraria no texto da lei como algo de incentivo ao fomento ao turismo, ao ecoturismo, e à preservação. Na fala durante a apresentação foi dito que esse macrozoneamento não tende a ser um apanhado dos zoneamentos dos planos diretores, o que, de certa forma eu entendo ser correto, mas aí fica a preocupação se nesse mapeamento vai ter a sensibilidade de verificar através das propostas apresentadas, essas macrozonas definindo essas questões regionais, e não, talvez, tratando a macrozona como uma área muito ampla, abrangendo toda uma sub-região. Isso porque dentro da própria sub-região você terá aspectos bem divergentes, como esses dois que a gente apontou, de um grande fomento à infraestrutura urbana grande, logística, e outro voltado à preservação. E fica mais como uma preocupação essa pergunta, de saber se haverá essa possibilidade no mapeamento.

Zoraide: Está em aberto essa questão. Fizemos até estudos internos na Emplasa para subsidiar isso e concluímos recentemente, agora em março, uma série de mapeamentos, de todos os planos diretores municipais, procurando tentar extrair deles a intenção dos municípios ao definir aquela macrozona de urbanização consolidada, de proteção ambiental, rural, cada município chama, às vezes, a mesma coisa ou usa o mesmo nome para coisas diferentes. Nós temos uma proposta de agregação que poderá, se houver o entendimento, servir de subsídios para os municípios reverem seus planos diretores municipais e incorporarem até uma proposta que seja comum a toda a região.

A partir desse mapeamento nós podemos identificar o que a gente chamou de conflitos, entre aspás. Por exemplo, o município A diz que aqui o seu limite de município é proteção integral, total, ambiental e o município B, vizinho, diz que aqui é exploração total, então é uma área de conflito que a gente vai configurar, em tese pelo menos. Mapeamos esses conflitos. São uma dúzia de conflitos em toda a RM, nem é muito desse ponto de vista. Uma dúzia é o total, desses conflitos de limites é menos da metade. Outro tipo de conflito que a gente mapeou é entre aquilo que o município zoneou e o uso real do solo. Tem município que coloca uma grande área de urbanização consolidada, e quando ela se sobrepõe ao uso real dá para ver que na verdade tem uma pequena mancha de urbanização consolidada efetivamente e, até mesmo uma área rural. A gente mapeou para discutir com os municípios para saber: será que realmente é uma área apropriada a manter a zona desse jeito ou até o inverso, o que é urbano em área rural, rural em área urbana, coisas desse tipo. A gente mapeou isso tudo também.

São informações que subsidiam o macrozoneamento, mas o nosso entendimento interno da Emplasa, que agora está começando a conversar com as prefeituras sobre ele, é que nós pegamos um pouco a experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que fez um plano metropolitano, ainda não nos moldes do Estatuto da Metrôpole que foi aprovado, mas é até interessante a experiência deles porque eles

fazem um macrozoneamento que não envolve necessariamente toda a região metropolitana.

Síntese do debate.

O debate, a partir das questões colocadas pelo público, abordou especialmente os seguintes aspectos: áreas protegidas; questão da mineração, que é muito importante nessa sub-região; utilização de recursos naturais e sua sustentabilidade; origem de recursos para financiar programas, projetos e ações advindos da execução do PDUI. Também discutiu-se sobre o ICMS Ecológico, compensação financeira para municípios que façam preservação ambiental.

Foram levantadas, questões sobre macrozoneamento, mapeamento de informações sobre os municípios e especificamente da Sub-região Sudoeste. Houve a sugestão de não tratar macrozonas muito amplas sob pena de se perder as especificidades locais. Zoraide esclareceu que todos os planos diretores dos municípios já foram mapeados pela Emplasa e que os estudos prosseguem no sentido de se verificar zonas de convergência e de conflito. O macrozoneamento da RMSP não será a soma dos planos diretores municipais e pode não envolver todo o território da região metropolitana, mas sim áreas de interesse metropolitano que receberão projetos de forma prioritária dentre as funções públicas de interesse comum.

Discutiu-se ainda os impactos ambientais, econômicos e sociais em determinados municípios da RMSP advindos da "desconcentração" do município de São Paulo e a necessidade do PDUI considerá-los diante as diferenças de tamanho entre São Paulo e os pequenos municípios. Esclareceu-se que a Emplasa tem estudos específicos sobre demografia, transportes e meio ambiente que estão sendo considerados nessa etapa de construção de propostas.

Marcelo Motta, da coordenação técnica do PDUI, lembrou também a questão da Governança. A representação proposta na instância deliberativa diz respeito ao processo que vai até a elaboração final do PDUI, na sua etapa de encaminhamento do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa.

Destacou-se ainda sobre a possibilidade de realização de oficinas específicas para alguns temas relevantes, sob demanda e a possibilidade dos cidadãos enviarem propostas por meio da plataforma digital do PDUI-RMSP.

Feitas as considerações finais, o coordenador, Paulo Moisés, encerrou a audiência municipal de mobilização do município de São Lourenço da Serra.